

CONSUMINDO O “OUTRO”- PROGRAMA VIVER SEM LIMITES

Liane Camatti- Unipampa

Mônica Zavacki de Moraes – UFSM

O que se tem e o potencial de vir a ter. Parecem ser estas as questões que ditam a cadência das relações sociais, políticas e de identidade na contemporaneidade. As últimas décadas têm sido marcadas por uma reestruturação nos modos de definição de identidades e diferenças. A localização simbólica dos sujeitos na malha social outrora fixada eminentemente pelos contextos histórico e cultural passa a ser dependente das relações de consumo.

Partindo destas considerações, o objetivo deste trabalho foi analisar como o Programa Viver sem Limite do Ministério da Educação vem convocando as pessoas com deficiência a serem objetos de uma política visando reabilitá-los no cenário contemporâneo, seja como cidadãos dignos, merecedores de direitos, seja como consumidores. Cabe aqui destacar que os sujeitos surdos encontram-se nessa esteira “exotizada”, pois estes não fogem a normatiza de sujeitos possuidores de alguma deficiência. Dessa forma, parece-nos central e produtivo compreender como vêm sendo criadas condutas que visam ao engajamento dos sujeitos surdos nessa lógica. Para essa proposta, nos aproximamos da perspectiva pós-estruturalista, com inspiração na análise de discurso foucaultiana para fazer um exercício de pensamento, para colocar junto certas ideias, para produzir com isso novos efeitos e sentidos

Pensamos compor estes escritos com algumas problematizações que nos instiga frente à ampla discussão da inclusão social e educacional dos surdos. E aqui esclarecemos que compreendemos as ações inclusivas como práticas políticas de governamentalidade, a partir das quais, por uma questão de seguridade, se torna imperativo que todos passem a ser conduzidos e autoconduzidos para um investimento em si e nos outros.

O plano Viver sem Limite: envolvendo o outro

No mês de novembro de ano de 2011, o governo brasileiro lançou o plano nacional dos direitos das pessoas com deficiência¹, batizado como “Viver sem Limite”. O objetivo principal do plano, tal como se anuncia, é o de promover programas e ações que possibilitem às pessoas com deficiência viver o exercício dos seus direitos. Para tal, o plano se vale de uma

¹ O plano nacional Viver sem Limite foi instituído através do Decreto número 7.612 de 17 de novembro de 2011.

série de ações que se articulam em torno dos eixos da educação, atenção à saúde, acessibilidade e inclusão social (BRASIL, 2011a).

O plano traz especificadas as suas diretrizes básicas:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo;
- II - garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado;
- III - ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional;
- IV - ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza;
- V - prevenção das causas de deficiência;
- VI - ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, em especial os serviços de habilitação e reabilitação;
- VII - ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade; e
- VIII - promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva. (BRASIL, 2011a)

Interessa para este trabalho analisar como o plano intenciona ser um promotor de condições para que a pessoa com deficiência possa paulatinamente abandonar o ostracismo social e mercadológico para integrar-se em uma lógica produtivista e, por isso, mais ajustada ao contexto social e político contemporâneo. Tal promoção de condições é veiculada com o rótulo de não “impedimento à realização dos sonhos, dos desejos, dos projetos, valorizando e estimulando o protagonismo e as escolhas das brasileiras e dos brasileiros com e sem deficiência” (BRASIL, 2011b.)

Os surdos compõem um grupo de beneficiários deste projeto, podendo usufruir de todas as ações de qualquer um dos cinco eixos. Além disso, dentro do eixo de educação, há projetos voltados especificamente à educação de surdos, os quais focam em ações de formação de professores e tradutores/intérpretes de Libras, com o objetivo de viabilizar as políticas de educação bilíngue.

A existência de um investimento significativo em relação à educação de surdos faz sentido somente na medida em que a surdez é aliada à noção de deficiência. No entanto, é interessante pensar que há tempos os surdos, pesquisadores na área e líderes da comunidade têm se engajado em um movimento no plano epistemológico de descolamento da surdez à idéia da deficiência. Por isso, parece oportuno para este trabalho fazer um investimento para

compreender por que os surdos não podem ser excluídos de políticas de governo para pessoas com deficiência e como chegam a ser objetos de ações como o plano Viver sem Limite.

Surdez e deficiência: a inevitável marca da anormalidade

Ao tratar da mudança na forma de incidência da norma nos indivíduos com a necessidade de organização de tecnologias de segurança, Foucault (2008) oportunamente marca o processo de normalização, no qual o funcionamento da norma se dá a propósito da disciplina. Aqui, a fronteira entre o normal e o anormal dava-se em função da conformação dos sujeitos à norma que era anteriormente delimitada.

Com a necessidade de ampliar a sua incidência sobre a população, a norma passa a ser totalmente abrangente, fazendo de todos um caso seu e delimitando curvas e distribuições de normalidade. Ao fazer com que as diferentes distinções da normalidade funcionem umas em relação às outras, a norma fixa-se a partir de um estudo das normalidades (FOUCAULT, 2008). A anormalidade surda é criada no momento em que a norma se fixa a partir da normalidade ouvinte. A noção de diferença surda, nesse jogo, parece cair em uma luta inglória, já que, colocada nessa esfera, estará sempre em relação à condição ouvinte e, dessa forma, racionalmente deve ser trazida o mais próximo possível à posição mais favorável no eixo da norma.

As políticas de inclusão educacional não são, pontualmente, o foco deste estudo. No entanto, a maneira como esses discursos interpelam a todos tem provocado deslocamentos na comunidade surda no momento em que alocam a surdez nos domínios da anormalidade. A desejada inclusão abrange os mais diversos segmentos da sociedade e, a priori, localiza determinados grupos humanos do lado de fora da fronteira. Em outras palavras, determina de antemão quem são os sujeitos “passíveis de inclusão”. A categorização evidente que se produz em ritmo acentuado traz à pauta o caso de minorias étnicas, de grupos raciais, dos desfavorecidos economicamente, dos adolescentes em risco, do indivíduo “à margem da lei”, de especiais, enfim, de toda uma gama de desfavorecidos, de grupos que não tiveram as mesmas oportunidades e a mesma sorte que nós.

Veiga-Neto (2001) discute a dificuldade de analisar as políticas de inclusão de anormais justamente por elas estarem imbricadas numa dificuldade anterior à sua constituição: a de traçar os limites da normalidade. Falar sobre inclusão leva a falar sobre estar incluído, sobre pertencer aos limites da normalidade, o que, por sua vez, automaticamente incute a afirmação de não estar fora deles. Há de se considerar, nessa mesma

perspectiva, que o movimento de delimitação dos espaços dos incluídos e dos excluídos na Contemporaneidade obedece a uma lógica diferenciada. Pinto (1999) diz que existe uma impossibilidade última de fixar os sujeitos como incluídos ou excluídos, uma vez que todos estão sujeitos a estar de um lado ou de outro da fronteira em determinadas situações.

Dessa forma, na discussão que se estabelece aqui, o que pode, neste caso, definir quem está dentro e quem está fora? Indo além, o que é estar dentro e o que é estar fora? O limite entre o pertencer/não pertencer e entre o normal/anormal é muito tênue e parte de um projeto moderno de normalidade. Ser o “outro” não é uma questão natural; esta questão está relacionada com o lugar atribuído ao “outro”, o lugar que a normalidade delimita.

As questões de gênero, classe, sexo, etnia, etc, seguem influenciando e determinando o posicionamento social e político dos sujeitos. No entanto, certamente, as questões relacionadas ao potencial de consumo também têm determinado os limites da normalidade. “Vamos afastando-nos da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir” (CANCLINI, 2008, p.30).

Tentando localizar a proliferação da diferença em todos os campos da sociedade como uma dessas forças que tensionam deslocamentos e resistências, alguns movimentos são observáveis. A conduta de cada sujeito perante a imposição da diferença ao convívio de todos acontece pela mídia, pela inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, espaços de formação e demais âmbitos da sociedade. Para todos, há um lugar garantido – logicamente, tal espaço necessita de um processo de sensibilização da população; é, antes de tudo, uma questão de “consciência”. O ponto é que a conduta de cada sujeito frente à diferença que chega é diretamente relacionada ao espaço ocupado por cada um no eixo da normalidade. O que se intenta dizer com isso é que os apelos da diferença não chegam somente a quem está mais próximo do centro da norma. Eles abarcam a todos, incluindo os que estão à margem da normalidade, fazendo com que suas condutas sejam também determinadas por esse processo.

Se, conforme afirma Canclini (2008, p.30), "as mudanças na maneira de consumir alteraram as formas de exercer a cidadania", parece lógico e conveniente que as pessoas com deficiências sejam convidadas a engajarem-se neste movimento. Nas últimas décadas acompanhamos em um cenário internacional as tentativas renitentes de aproximar este outro, deficiente, pela inclusão educacional. No entanto, tal empreendimento no sujeito não garantia que a conclusão de um ciclo de escolarização básica ou até mesmo em nível superior

significasse automaticamente a inclusão do sujeito com deficiência na lógica do produtivismo e do consumo.

Há tempos as pessoas com deficiências vêm sendo alvo de políticas e ações governamentais que visam a aproximação destes sujeitos com vistas a sua inserção em contextos educacionais. No entanto, o panorama socio-econômico do século XXI ao definir o potencial de consumo como um marcador de identidades criou um lapso no ideário do posicionamento do sujeito com deficiência na sociedade. Ocorre que os esforços para elevação de escolaridade das pessoas com deficiência não apresentou um reflexo automático no aumento do poder de consumo e, com isso, o proclamado exercício da cidadania não vinha sendo exercido em níveis desejáveis.

Com isso, surgiu a necessidade de estender as ações de inclusão para além do âmbito educacional, abrangendo também planos, políticas e ações de governo que impulsionem as possibilidades da pessoa com deficiência para o exercício pleno da cidadania... ou, quem sabe agora, o exercício possível do consumo...

Ser consumidor para ser cidadão: os surdos no Plano Viver sem Limite

Conhecendo melhor o outro, é mais fácil governá-lo, por isso, criar e legitimar novas estratégias de consumo, ou seja, táticas pensadas em uma racionalidade neoliberal, que pretende incluir todos no mercado, diminuindo os riscos sociais produzidos por essa própria população, faz com que os sujeitos tornem-se cada vez mais produtivos e responsáveis pelo seu autoinvestimento.

Na Bolsa Trabalhadora são oferecidos cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores de diferentes perfis, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Em ambos os casos, os beneficiários terão direito a cursos gratuitos e de qualidade, alimentação, transporte e a todos os materiais escolares necessários. O Plano Viver sem Limite tem como meta oferecer 150 mil vagas da Bolsa-Formação para pessoas com deficiência até 2014. Essa ação contribui para o cumprimento da Lei de Cotas, pois amplia e diversifica a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no país e promove a qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2011b, p. 10).

Quando falamos em mercado voltado para o público dito marginalizado, isso incluindo os deficientes, a circulação dos exotismos tem propagado uma gama de políticas, uma rede estratégica investindo fortemente nas políticas de responsabilidade social e nas políticas de inclusão. O “outro” transforma-se em táticas e estratégias para que o *voyeurismo* da inclusão

faça com que nós não perguntemos quais os seus interesses e necessidades, mas que passemos a produzi-lo nessa forma exotizada e nesses slogans eloqüentes divulgando uma política sedutora na produção de sujeitos nesse tempo-espaço.

Um dos desafios para a inclusão plena das pessoas com deficiência é a inserção no mercado de trabalho. Muitas delas, em idade economicamente ativa, não possuem qualificação profissional e/ou não terminaram seu processo de escolarização básica. (BRASIL, 2011b, p. 20)

O nosso tempo vem operando com a plenitude, com a qualificação, isso é claro, como já fora dito, faz parte dessa sociedade contemporânea. As políticas educacionais e sociais inclusivas tomam um caminho pretensioso, fazendo com que cada um passe a se conduzir e conduzir o outro. Por que dizemos isso? O Programa Viver sem Limites opera com uma população e vem configurando uma sociedade com diversos atravessamentos, buscando o governo na vida dessa população.



Imagem 1 - Capa do Plano Viver sem limite, exibindo as expressões "autonomia", "oportunidade", "convivência" e "inclusão". Um convite ao empreendedorismo individual.

É interessante observar que este programa governamental sempre traz um movimento de reabilitação para “viver melhor”. Mostra como pessoas com deficiência são produzidas, configurando novamente à reabilitação para ter uma vida mais saudável e feliz.

Para tanto, está sendo criada a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que prevê uma série de estratégias e serviços de atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência auditiva, física, visual, intelectual, múltiplas deficiências e ostomizadas. Com essa Rede, estabelece-se a articulação dos serviços de saúde, com a garantia de ações de promoção à saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação. (BRASIL, 2011, p.37)

Nessa esteira de inclusão da sociedade contemporânea que modifica os sujeitos em empreendedores de si mesmos e que competem acirradamente entre si para se valorizarem no mercado é que surge o Programa Viver sem Limites mostrando-se atraente como investimento, convocando toda uma rede a ser partícipe desse sistema correto, coerente e bom. Um assunto que chama a atenção nesse sentido também é que, especificamente neste programa quase todos os produtos dirigidos a esse setor social, as palavras “reabilitar”, “autonomia” e independência” são proclamados a todo momento.

Pensamos compor estes escritos com algumas problematizações que nos instiga frente à ampla discussão da inclusão social e educacional dos surdos. E aqui esclarecemos que compreendemos as ações inclusivas como práticas políticas de governamentalidade, a partir das quais, por uma questão de seguridade, se torna imperativo que todos passem a ser conduzidos e autoconduzidos para um investimento em si e nos outros.

No mundo dos executivos, a palavra “investimento” talvez seja uma das mais utilizadas e não só, como pode se crer, pelos que trabalham dentro dos departamentos de finanças das corporações transnacionais. *Investe-se* em um capital para aumentar seus rendimentos, *investe-se* em ações de tal ou qual companhia ou se *investe* em fundos de maior ou menor risco. Também se *investe*, contudo, ao fazer um curso de idiomas, ou uma pós-graduação em administração, *investe-se* em desenvolver a própria carreira e se *investe* na amizade ou na relação com os filhos. Tudo ou quase tudo se torna objeto de investimento, algo no que se pode ou, muitas vezes, *se deve* investir. (RUIZ-LÓPEZ, 2009, p.219)

Outra configuração dentro da sociedade capitalista vem considerando que atualmente os princípios que têm ordenado os sujeitos têm seguido uma conexão entre investimento e crescimento, ou seja, pensar em construir formas diferenciadas de relação consigo e com os outros sugere novas formas de vida, instituindo entrar, permanecer e desejar estar no jogo.(Lopes, 2009, p.110)

Dessa forma entendo que a inclusão passa a operar como uma biopolítica; isso porque só pensamos em incluir sujeitos nessa sociedade contemporânea porque um dia, na constituição das normas sociais, produzimos os excluídos, e aqueles marginalizados do conjunto social. Ou seja, em um contexto de seguridade, a inclusão pode ser pensada como uma biopolítica porque se passa a inventar espaços (sociais, educacionais, assistenciais...) em que todos cuidam de todos em nome da prevenção dos problemas, em nome do menor risco.

Nessa linha de pensamento, há agenciamentos de saber e de desejo – existe um motivo para a emergência de forças, qual sejam elas – que mobilizam o discurso e o anseio pela inclusão de surdos na escola e na sociedade. Assim, ainda que possamos escolher a forma de sermos governados (e escapar em breves momentos da normalidade instituída), dentro do jogo do neoliberalismo todos precisam estar na escola, e os surdos não fogem a essa normativa.

A inclusão dos alunos surdos na escola comum vem funcionar como uma estratégia de controle que opera no fortalecimento da comunidade surda em prol de uma escola bilíngue. Esse controle é necessário, pois fabrica sujeitos úteis e econômicos, para autogovernarem-se. É preciso incluir a todos na escola. “E esse Estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere (a) e utiliza a instrumentação do poder econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, 2008, p. 145-146).

Não são somente “coisas” que são consumidas, nos tempos atuais o próprio sujeito tem se tornado um objeto a ser consumido, aqui é claro, dentro das políticas governamentais. As pessoas com deficiência, e neste trabalho, os sujeitos surdos, vem conquistando poderes econômicos, fazendo com que o mercado adentre com mais segurança na busca por esses consumidores de produtos que contemplem a língua, a cidadania, a inclusão, acessibilidade e saúde, onde o setor de marketing desenvolvido por essas políticas vem investindo substancialmente nesses grupos.

É curioso, por exemplo, como os Planos e Programas governamentais – hoje tão parte da vida cotidiana desse grupo social – se parecem cada vez mais com os que se encontram nos bancos: “Metas a serem atingidas”, disse um, e mostra as diferentes opções de investimento em qualidade de vida. “Qualifique-se”, aconselha o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em 21 abr. 2013.

BRASIL. **Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência**: viver sem limite. Secretaria dos direitos humanos, Brasília, 2011b. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/viversem limite/plano-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia>> . Acesso em 21 abr. 2013.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

López-Ruiz, Osvaldo Javier. O consumo como investimento: a teoria do capital humano e o capital humano como *ethos*. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 217-230, Jul/Dez. 2009.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In.: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 107-130.

PINTO, C. R. J. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste encontram nossos excluídos. Educação e realidade, Porto Alegre, v.24, n.2, p. 33 – 55, 1999.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J; SKLIAR, C. (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.